



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11324 - Resumo Expandido - Trabalho - 4ª Reunião Científica da ANPEd Norte (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 21/GT 23 - Educação, Gênero, Etnia e Sexualidade

ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE AS MULHERES INDÍGENAS NO ENSINO SUPERIOR NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Ana Paula de Pádua Câncio - UEPA - Universidade do Estado do Pará

Raimundo Nonato de Pádua Câncio - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE AS MULHERES INDÍGENAS NO ENSINO SUPERIOR NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

INTRODUÇÃO

No processo de reivindicações por direitos, Verdum (2008) destaca o movimento brasileiro de mulheres indígenas, o qual começa a se fortalecer com o surgimento de lideranças femininas que se fizeram ouvir por órgãos governamentais nacionais e internacionais. Mesmo com esse histórico de invisibilidade, as mulheres indígenas sempre exerceram e exercem um papel ativo, embora silenciado, nas lutas dos povos indígenas. Além dos embates contra o preconceito e a discriminação na sociedade não indígena, essas mulheres enfrentam muitas dificuldades para ter acesso à escola e também à Universidade no decorrer da vida, visto que o processo de escolarização ainda é um desafio, dada a pouca atenção e falta de investimentos nas escolas indígenas. É nesse antagonismo que de suas lutas emergem os protagonismos cotidianos, historicamente silenciados e não percebidos.

No que se refere ao Ensino Superior na Amazônia, as Universidades públicas estão geralmente concentradas nos grandes centros urbanos, muito distantes das Terras Indígenas, de onde os povos indígenas precisam se deslocar para poderem ingressar ao Ensino Superior. Barroso-Hoffman (2005, p. 7) pontua que uma das razões para que os povos indígenas brasileiros busquem a formação superior é a necessidade de profissionais indígenas com formação superior, para que eles tenham condições de articular os conhecimentos científicos com aos conhecimentos tradicionais do seu povo, e também para que estes possam se colocar

a frente das questões que envolvem os seus territórios.

Nessa direção, o objetivo deste texto é compreender como se deu a produção sobre as mulheres indígenas no ensino superior na Amazônia brasileira, no período de 2016 a 2021, e explicitar os percursos delineados no processo de construção do conhecimento nessa área. Foram analisadas, inicialmente, 01 tese e 09 dissertações, em que se evidenciou essa produção, a fim de identificar possíveis convergências e lacunas na área, com o propósito de estimular e redirecionar a produção de novas investigações com essa temática na Amazônia.

MÉTODO

Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica acerca do que já se produziu sobre mulheres indígenas no Ensino Superior, que se vale de teses e dissertações produzidas em programas de pós-graduação em Antropologia, Educação e Ensino, de Universidades localizadas na Amazônia brasileira, de modo a conduzir os investigadores ao aprofundamento do objeto de estudo. Do ponto de vista teórico, estabeleceu-se aproximações com o Pensamento Decolonial como teoria crítica de reflexão.

No que se refere ao tipo de estudo, embora no Brasil, os termos “Estado da Arte” e “Estado do Conhecimento” sejam utilizados como sinônimos em diferentes estudos, isso não é consenso entre os pesquisadores. Romanowski e Ens (2006) compreendem o Estado da Arte como diferente do Estado do Conhecimento, posto que o primeiro compreende toda uma área de conhecimento, já o segundo enfatiza apenas um setor das publicações sobre o tema estudado. O Estado do Conhecimento permite, portanto, o contado do pesquisador com os trabalhos acadêmicos exclusivos daquela linha de pesquisa em que está vinculado.

A fim de estabelecer a diferença entre esses tipos de levantamento e análise, Soares e Maciel (2000) pontuam que no “Estado do Conhecimento” tem-se uma metodologia mais restrita, pois o levantamento aborda apenas um campo das publicações de um dado tema, dado que um grande número de trabalhos, e com ênfases em áreas variadas, não contribuem para um melhor aprofundamento e integração das pesquisas e seus resultados, de modo a uma melhor explicação das contradições observadas.

As dissertações e teses aqui compiladas são as que estão disponíveis no Banco de Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), publicadas no período de 2016 a 2022, cuja busca se deu a partir dos descritores: *Mulheres indígenas; Amazônia; Ensino superior*, centrando as buscas nos programas de pós-graduação *strictu sensu* de *Antropologia, Ensino e Educação*, em programas de pós-graduação localizados na Amazônia brasileira. Para o refinamento, buscamos trabalhos da grande área de conhecimento *Ciências Humanas*. Foram desconsideramos aqueles que, ainda que se centrassem nas mulheres indígenas, não focalizavam a questão do Ensino Superior

como ponto central ou como principal categoria de estudo.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

Camargo (2016) observa que durante muito tempo as histórias sociais e culturais das mulheres indígenas ficaram “silenciadas como também a violência histórica praticada contra elas” (CAMARGO, 2016, p. 214). Acerca do silenciamento da mulher indígena no processo de colonização do território brasileiro, Torres (2015) destaca que a exclusão da mulher nas anotações de cronistas “não parece desnuda de propósitos claros; pode-se perceber a evidente motivação preconceituosa sobre os habitantes do Novo Mundo” (TORRES, 2015, p. 13).

O mesmo autor complementa que “as indígenas são vistas apenas como sujeitos para os afazeres domésticos e do lar, cuidar dos filhos, preparar a comida, entre outras atividades que integram a organização social das comunidades” (TORRES, 2015, p. 13). Em contraposição, embora ainda se desenvolva num jogo de forças sociais, o protagonismo das mulheres indígenas tem se fortalecido ao longo da história e contribuído para evidenciar as suas demandas e para fortalecer a defesa de direitos (FREITAS; TORRES, 2017).

No que se refere ao ensino superior no Brasil, o ingresso de estudantes indígenas foi instituído desde o início da década de 1990 e se deu por meio de convênios entre a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e algumas instituições privadas e comunitárias. Esse ingresso vai se efetivar por meio de ações em dois segmentos, por cursos específicos, como o Programa Diversidade na Universidade (Diversidade) e o Programa de Licenciaturas Interculturais Indígenas (Prolind), criado pelo Ministério da Educação (MEC); ou por meio da oferta de vagas especiais ou suplementares em cursos regulares (BERGAMSCHI; DOEBBER; BRITO, 2018). Conforme Paladino (2012), o Brasil, ao final de 1990, mantinha a educação superior indígena fora de qualquer agenda de governo.

A partir de 2014, as mulheres indígenas (em relação aos homens indígenas) se tornaram maioria nas universidades brasileiras. Mais de 7 mil mulheres ingressaram em instituições de ensino superior em 2015, de acordo com levantamento do site *Gênero e Número* e de dados do Censo da Educação Superior. No entanto, segundo o Inep, essas mulheres ainda representam apenas 0,5% do total de mulheres ingressantes nas universidades brasileiras. Isso chama atenção para a urgência em discutir essa temática, pois além das questões observadas aqui, muitas outras contribuem para dificultar o acesso e a permanência das mulheres indígenas no Ensino Superior, especialmente na Amazônia brasileira.

Considerando as questões do acesso e da permanência de mulheres indígenas no Ensino Superior, o levantamento inicial realizado a partir dos descritores *Mulheres indígenas; Amazônia; Ensino superior*, evidenciou que nas áreas abordadas quase não há estudos que abordem esta questão específica na Amazônia, o que já sinaliza para uma maior atenção a

este campo de investigação. Há muitos estudos sobre mulheres indígenas, principalmente no campo da Antropologia, mas elas sempre aparecem relacionadas a algum aspecto sociocultural, linguístico, político ou histórico-social mais amplo. Esta ausência nos levou a abordar algumas questões mais pontuais nos trabalhos selecionados.

No que se refere aos 10 trabalhos compilados, todos foram defendidos em programas de pós-graduação em Educação. A abordagem qualitativa predomina na grande maioria dos trabalhos, seguida da abordagem quanti-qualitativa. Apenas 1 trabalho utiliza a abordagem etnográfica e 1 a etnobiografia. No que diz respeito ao tipo de estudo, 2 trabalhos se caracterizam com o Estudo de Caso, 1 como Pesquisa Exploratória e 2 como História de Vida. Com relação aos caminhos percorridos, 2 fazem Pesquisa Bibliográfica e 5 fazem Pesquisa Documental. Quanto aos instrumentos de coleta de dados utilizados, 3 utilizaram entrevistas semiestruturadas presenciais e apenas 1 entrevista *on-line*. A aplicação de questionários *on-line* aparece em 3 trabalhos, seguido de 3 que utilizaram esse mesmo instrumento impresso. Na análise dos dados é utilizada a Análise do Conteúdo em 3 trabalhos e a triangulação aparece em apenas 1 trabalho.

No que se refere às perspectivas teóricas utilizadas, todos os trabalhos compilados buscaram dialogar com autores indígenas, como Munduruku, Baniwa e Krenak, por exemplo, além de abordarem os autores que discutem a questão do indígena no Ensino Superior e na Educação Básica, como Bergamashi, Grupioni, Weigel, dentre outros. Ainda que não haja um maior aprofundamento nesses trabalhos, mas já se evidencia um certo diálogo com os autores da perspectiva crítica decolonial.

Um estudo mais aprofundado foi realizado nos trabalhos de Santos (2018), Andrade (2022), Pereira (2017), Moura (2020) e Nascimento (2021). O estudo de Santos (2018), cujo título é *Formação de docentes indígenas: interculturalidade e prática docente Mura*, produzido no Doutorado em Educação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), teve o objetivo de investigar a formação de docentes indígenas, sob a ótica da experiência do Curso de Licenciatura Formação de Professores Indígenas da UFAM. Os dados mostram que há uma correlação entre a dimensão intercultural da formação docente e a dimensão intercultural da prática pedagógica de docentes indígenas na escola. E que tal prática se apresenta intercultural pela forma como os docentes indígenas articulam os conhecimentos de sua cultura com os conhecimentos de outras sociedades.

O trabalho de Andrade (2022), com o título *Estudantes indígenas da Universidade Federal do Tocantins no contexto da pandemia: desafios e perspectivas*, produzido no mestrado em Educação da Universidade Federal do Tocantins (UFT), teve o objetivo de abordar os desafios enfrentados pelos estudantes indígenas na educação superior no Campus Universitário de Porto Nacional diante do contexto das mudanças estabelecidas pela Covid-19 nos anos 2020, 2021 e meados de 2022. O estudo destacou as discussões no campo educacional sobre as medidas adotadas para a continuidade das aulas durante a pandemia, ressaltou as dificuldades enfrentadas pelos estudantes indígenas e evidenciou alguns

caminhos que devem ser trilhados pela Educação Superior no contexto da Covid-19 no Brasil. Além disso, alerta para a necessidade de maiores investimentos em tecnologias digitais para o ensino remoto, de modo a atender os estudantes indígenas na educação superior.

Por sua vez, Pereira (2017), no trabalho *Os indígenas e o Ensino Superior na Amazônia: realidade e perspectivas da política de ação afirmativa da Universidade Federal do Oeste do Pará (2010 – 2015)*, produzido no mestrado em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), ainda não disponível no portal da CAPES, estuda o acesso e a permanência dos indígenas na UFOPA e traz uma discussão da Educação Superior indígena a partir dos conceitos introdutórios da perspectiva decolonial, da pedagogia crítica, dos conceitos de interculturalismo e multiculturalismo. Os dados mostraram que desde a sua origem a UFOPA tem garantido o acesso de indígenas ao Ensino Superior, por meio de política de ações afirmativas. No entanto, no que se refere à permanência, poucas ações são, de fato, efetivadas. A autora destaca que essa questão deve ser observada na Universidade devido ao contexto onde está localizada apresentar um número significativo de povos indígenas.

O trabalho de Nascimento (2021), cujo título é *A formação de professores indígenas nas produções do PPGE/UFAM: o olhar do pesquisador sobre a prática docente indígena*, teve o objetivo de mapear as pesquisas de mestrado e de doutorado do programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) sobre as práticas docentes do professor indígena em formação, com o intuito de comparar o conceito de interculturalidade veiculado nos documentos oficiais. A autora conclui que há necessidade de aprofundar e de ampliar discussões sobre a prática docente indígena no programa investigado, tendo em vista as lacunas entre a teoria e a efetivação da atuação intercultural nas escolas indígenas. Compreende que assim será possível atender aos anseios das populações indígenas, no que se refere à concretização da prática docente na perspectiva da interculturalidade.

Moura (2020), no estudo intitulado *Da comunidade à Universidade: os desafios dos discentes indígenas no curso de direito na Universidade Federal de Roraima*, produzido no Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Roraima (UERR), teve o objetivo de compreender os desafios enfrentados pelos indígenas ao ingressarem no curso superior de direito na UERR, ambiente acadêmico integrado por uma maioria não-indígena. A autora concluiu que a instituição vem promovendo o ingresso de indígenas de forma eficaz, por meio de uma ação afirmativa válida e consolidada, o processo seletivo específico indígena. Destaca que, além do ingresso, ela também promove a permanência por meio de ajuda financeira, mas isso não é suficiente. Dentre outras questões, destaca que as dificuldades mais recorrentes e que levam ao abandono são as de ordem financeira, linguagem, informática e o preconceito, o que torna a permanência na universidade frágil e pode levar a uma ruptura.

A partir dos estudos aqui observados, podemos dizer que uma questão comum evidenciada nos trabalhos foi o desafio da efetivação das políticas de ações afirmativas para além do ingresso dos estudantes indígenas nas Universidades. Os trabalhos evidenciam que a

questão da permanência recebe pouca atenção e é fragilizada nas instituições localizadas na Amazônia brasileira, ainda que esta região concentre o maior número de indígenas do país.

CONCLUSÕES

Este levantamento mostrou uma lacuna passível de muitos questionamentos. Como ainda é de certa forma muito recente a inserção das mulheres indígenas nas Universidades na Amazônia brasileira, o que está relacionado a muitos aspectos da história de vida dessas mulheres, como os processos tradicionais de socialização, a questão financeira, o deslocamento para os grandes centros urbanos, o desafio da aquisição da Língua Portuguesa, dentre outros, isso indica uma certa falta de atenção a essas questões nas Universidades.

Nessa direção, entendemos que essa falta de atenção aos estudos sobre/com as mulheres indígenas no Ensino Superior na Amazônia ajuda a fortalecer, mesmo que de forma indireta, padrões de produção de conhecimentos e de significações que pouco questionam as estruturas hegemônicas que fazem com que conhecimentos e as lutas dos povos indígenas ainda sejam invisibilizados naquele espaço, inclusive do ponto de vista epistemológico. A ausência de estudos sobre as mulheres indígenas no Ensino Superior nos convida a olhar para essa questão a partir das lentes da colonialidade do poder/saber (QUIJANO, 2005), sem que isso esteja desvinculado do contexto histórico e político-social em que foram produzidas, desde o processo de colonização.

Observamos na produção acadêmica estudada um certo movimento metodológico na direção de novos caminhos investigativos, como o uso de entrevistas *on-line*, Rodas de Conversas, Histórias de Vida e Etnobiografia. Os trabalhos sinalizam para o desafio de uma construção teórica e metodológica que respeite, dialogue e acolha essa forma particular de ver o mundo, muitas vezes na contramão do modelo de racionalidade científica hegemônico, uma vez que a trajetória de resistência e dominação dos povos subalternizados da América Latina por muito tempo esteve invisibilizada nos debates (MIGNOLO, 2005).

Ficou evidente nos trabalhos investigados que ainda não há estudos específicos sobre as mulheres indígenas no Ensino Superior na região investigada. O que há são trabalhos, de diferentes áreas de investigação, que abordam a mulher no contexto maior da cultura indígena, não apontando aspectos da particularidade da mulher indígena em busca de formação superior, o que chama atenção para o silenciamento desta questão tão importante que envolve o direito à educação, a valorização das identidades e do pertencimento, fundamentais para a defesa de práticas de ensino sensíveis às suas diferenças, experiências, histórias e vozes.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres indígenas. Ensino Superior. Amazônia. Estado do Conhecimento.

REFERÊNCIAS:

ANDRADE, J. D. A. P. **Estudantes Indígenas da Universidade Federal do Tocantins no contexto da pandemia: desafios e perspectivas.** Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins - Campus Universitário de Palmas – Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, 2022.

BARROSO-HOFMANN, M. Direitos culturais diferenciados, ações afirmativas e etnodesenvolvimento: algumas questões em torno do debate sobre ensino superior para os povos indígenas no Brasil. *Anais do Simpósio Antropologia Aplicada y Políticas Públicas do 1º Congresso Latinoamericano de Antropologia - ALA.* Rosário, Argentina, 2005.

BERGAMASCHI, M. A; DOEBBER, M. B; BRITO, P. O. Estudantes indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência. **Rev. bras. Estud. pedagog.**, Brasília, v. 99, n. 251, p.37-53, jan./abr. 2018.

CAMARGO, L. M. **Do silêncio ao discurso:** a condição da mulher indígena em Boa Vista. In: Moradores da Maloca Grande: reflexões sobre os indígenas no contexto urbano. Carmen Lúcia Silva Lima e Carlos Alberto Marinho Cirino (Orgs.). Boa Vista: Editora da UFRR, 2016.

FREITAS, M. A. B de; TORRES, I. C. O movimento de mulheres indígenas em Roraima: o protagonismo feminismo na luta pelos seus direitos. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

MIGNOLO, W. **La idea de América Latina.** La herida colonial y la opción decolonial. Barcelona: Gedisa, 2005.

MOURA, S. do N. **Da comunidade à universidade:** os desafios dos discentes indígenas no curso de Direito na Universidade Federal de Roraima. Dissertação (Mestrado acadêmico) - Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Roraima. Boa Vista (RR), 2020.

NASCIMENTO, C. A. R. **A formação de professores indígenas nas produções do PPGE/UFAM:** o olhar do pesquisador sobre a prática docente indígena. Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Amazonas - Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE/UFAM, 2021.

PALADINO, M. Algumas notas para a discussão sobre a situação de acesso e permanência dos povos indígenas na educação superior. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 7, Número Especial, p. 175-195, dez. 2012.

PEREIRA, T. do S. L. **Os indígenas e o ensino superior na Amazônia:** realidade e perspectivas da política de ação afirmativa da Universidade Federal do Oeste do Pará (2010 – 2015). Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém (PA), 2017.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2005. Quito: Ediciones Abya- yala, 2005. p. 13-35.

SOARES, M., MACIEL, F. **Alfabetização – Série Estado do Conhecimento**. Brasília: MEC/INEP, 2000.

ROMANOWSKI, J. P; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo” Estado da Arte. **Revista Diálogo Educacional**, 6(19), 2006.

TORRES, I. C. (Org.). **Entrelaçamentos de gênero na Amazônia**: silenciamentos, família, corpo e outras intersecções. Manaus: Valer Editora, 2015.

VERDUM, R. (org.). **Mulheres indígenas, direitos e políticas públicas**. Brasília: Inesc, 2008.